

Relações Diplomáticas
LUSO-BRITÂNICAS
de 1936 a 1941

FICHA TÉCNICA

EDIÇÃO: Edição de Autor

TÍTULO: Relações Diplomáticas Luso-Britânicas (1936-1941)

AUTOR: General Santos Costa

ORGANIZAÇÃO DO LIVRO: Família do General Santos Costa

FOTOGRAFIA DA CAPA: Visita da Rainha Isabel de Inglaterra ao Mosteiro da Batalha, recebida à chegada pelo General Santos Costa (então Ministro da Defesa Nacional), no ano de 1957

CAPA / PAGINAÇÃO: Paulo Resende

1.ª EDIÇÃO

LISBOA, 2011

IMPRESSÃO E ACABAMENTO: Publidisa

ISBN: 978-989-8413-21-5

DEPÓSITO LEGAL: 322553/11

© FAMÍLIA DO GENERAL SANTOS COSTA

PUBLICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Sítio do Livro, Lda.

Lg. Machado de Assis, lote 2, porta C — 1700-116 Lisboa

www.sitiodolivro.pt

Relações Diplomáticas
LUSO-BRITÂNICAS
de 1936 a 1941

MANUSCRITOS DO
GENERAL SANTOS COSTA

COM EXTRACTOS DO LIVRO BRANCO
DEZ ANOS DE POLÍTICA EXTERNA
(1936-1947)

Edição de Autor

FAZEI, SENHOR, QUE NUNCA OS ADMIRADOS
ALEMÃES, GALOS, ÍTALOS, E INGLESES
POSSAM DIZER QUE SÃO PERA MANDADOS,
MAIS QUE PERA MANDAR, OS PORTUGUESES

CAMÕES

Introdução

O presente trabalho tem como base manuscritos que constam do espólio do General Santos Costa, de sua autoria, e que se estima terem sido produzidos por volta do ano de 1981, um ano antes da sua morte.

O assunto nele versado diz principalmente respeito às relações diplomáticas havidas entre o governo Português e o governo Britânico durante o período decorrido entre os anos de 1936 e 1941 quando na vizinha Espanha se desenrolava ainda a guerra civil, após a qual teria o seu início a Segunda Guerra Mundial.

Ligados aos manuscritos figuram em anexo documentos produzidos pelos Doutor Salazar, então Presidente do Conselho de Ministros e Ministro dos Negócios Estrangeiros, bem como pelo Doutor Armindo Monteiro, então Embaixador de Portugal em Londres, e de Roosevelt, então Presidente dos Estados Unidos da América. Estes anexos encontram-se no Livro Branco com o título: “Dez Anos de Política Externa”

que contém os documentos diplomáticos produzidos entre os anos de 1936 e 1947 por todos os nossos intervenientes como: embaixadores, ministros plenipotenciários, encarregados de negócios, etc., etc.

O General Santos Costa foi nomeado Presidente da Comissão do Livro Branco em Janeiro de 1960, tendo trabalhado na elaboração de treze volumes, dos quais os três últimos foram divulgados pelos seus sucessores na Presidência do Livro Branco: os Embaixadores Mário Neves e Paula Coelho.

O general Santos Costa foi também um interveniente importante neste contexto por, no período dos conflitos armados acima referidos ter sido membro do nosso Governo como Sub-Secretário de Estado da Guerra. Por esta razão, como era conhecedor em profundidade dos assuntos diplomáticos e estratégicos daquele período, foi a personalidade adequada para presidir à Comissão do Livro Branco, instituição esta que foi exonerada por despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros de 12 de Junho de 1974.

A sua Família julgando existir interesse em divulgá-los, permite deste modo, o seu conhecimento ao mundo universal de militares, historiadores, diplomatas e politólogos.

**A Família do
General Santos Costa**

Desde que, a partir de 1936, o governo português, face às pesadas nuvens que no horizonte internacional se vinham acastelando, passou a merecer no primeiro plano das suas preocupações a reorganização e rearmamento do Exército, imediatamente surgiu o problema de se saber até que ponto e em que medida interessaria à nossa secular aliada e ao governo de Sua Majestade Britânica a valorização das Forças Armadas portuguesas, como elemento essencial da defesa da nossa integridade territorial e como investimento de uma política externa comum às duas nações.

Num país de fracas dimensões europeias mas em que a maior parte dos seus territórios se encontravam espalhados pelas sete partidas do globo, com uma posição em África de grande importância para o equilíbrio mundial, imperioso se tornava definir, no espaço e no tempo qual dos apoios com que, em caso de rotura, ao nosso governo poderiam mutuamente esperar-se.

Para o governo português disposto a iniciar o desenvolvimento de largo plano de reorganização e de reapetrechamento militar, o esclarecimento do sistema era considerado imperativo e basilar.

A própria definição da política externa portuguesa e da posição de Portugal no concerto ibérico não podia deixar de ter em conta o entendimento, a que pudesse chegar-se dentro da aliança.

Uma política de inteira amizade e franca colaboração com a Espanha permitir-nos-ia acalentar a esperança de, reservado um mínimo indispensável à segurança interna, poder-mos livremente deslocar para além mar uma parte importante do nosso potencial militar. Pelo contrário, uma política reticente ou de sentido oposto obrigar-nos-ia a manter estático na Península o centro de gravidade e todas as nossas forças e recursos retirando-nos toda a liberdade de acção política e de actuação militar no conceito internacional ou de qualquer teatro de operações periférico.

Numa prática de fraterna amizade com a Espanha e um perfeito entendimento com o aliado inglês ou com o grupo de países que detivessem o controlo marítimo e aéreo sobre o Atlântico, teria de ser, se quiséssemos ter a pretensão de ter uma voz no mundo, teriam de ser os alicerces inconfundíveis de uma política externa.

* * *

A partir do mês de Junho de 1937 procurou o governo português, por intermédio do seu embaixador em Londres – o Doutor Armindo Monteiro – chamar a atenção do governo de Sua Majestade Britânica para a necessidade de conversações entre os dois governos para exame da melindrosa situação internacional que já então se vinha desenhando e consequências que do facto poderiam resultar para a Aliança.

Em particular, à luz da Aliança, era da maior conveniência estudar as medidas que poderiam eventualmente ser previstas para a segurança do triângulo Lisboa – Açores – Cabo – Verde de tal fundamental importância para a perca da entrada marítima que ligam o Atlântico ligam a Europa à América e os dois continentes ao Médio e ao Extremo-Oriente contornando a África pelo Norte e pelo Sul através das portas de Gibraltar ou do Cabo da Boa Esperança.

Aceitou o governo inglês conversar com as autoridades portuguesas sobre o fortalecimento dos laços de estreita amizade que unem os dois países, sugerindo como maneira mais prática de atingir tal fim o envio de uma missão militar a Portugal encarregada de, com carácter preliminar, estudar entre outros, os seguintes assuntos :

O estudo das providências que poderiam ser tomadas para melhorar as facilidades à disposição da Grã-Bretanha na

defesa conjunta dos dois países numa guerra em que se encontrassem empenhados como aliados, e ainda o estudo das condições em que as forças armadas de ambos seriam empregadas no caso de virem a ser chamadas a cooperar.

Accepte a sugestão foi acordado que a missão militar inglesa chegasse a Lisboa em Fevereiro de 1938 onde entraria em contacto com uma missão militar portuguesa para o efeito especialmente designada⁽¹⁾, durante um período de 3 meses mas que, na realidade se prolongou até ao mês de Agosto.

* * *

Não puderam ser considerados muito lisonjeiros os resultados dos trabalhos realizados no interior das duas missões, porque os delegados ingleses procuraram sempre afastar precisões de qualquer natureza.

Tomaram conhecimento do plano militar de defesa aprovado pelo governo e, tendo inicialmente mostrado marcado interesse pelo dispositivo de defesa referente aos Açores, Madeira e Cabo Verde, a partir de certa altura passaram à declaração que o Almirantado apenas lhe reconhecia interesse negativo, isto é, que para a Inglaterra importava apenas que tais posi-

(1) A missão militar inglesa dos delegados almirante Wodebause e a portuguesa tinha à sua frente o então general do Estado Maior Tasso de Miranda Cabral, Subchefe do E.M. do Exército e dela faziam parte, entre outros.